

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XX
VOLUME 33
(JUL-DEZ)
2020
P. 25-50.

SEM MARCHAS, MAS COM MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA. RECONFIGURAÇÕES DO REPERTÓRIO DE AÇÃO DO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA FRENTE À PANDEMIA DO COVID-19

Marcos Oliveira Amorim Tolentinoⁱ
Doutorando em História pela
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

RESUMO

O objetivo deste texto é questionar como, sem a possibilidade de se desenvolver iniciativas de ocupação do espaço público, as demandas de memória, verdade e justiça se mantiveram vigentes no espaço público na Argentina frente à pandemia do Covid-19 e suas medidas de enfrentamento, principalmente o isolamento social. Partimos da pergunta: que memória, que verdade e que justiça sobre o recente passado ditatorial foram produzidas num contexto de abrutadas transformações e em que a principal urgência é o combate ao coronavírus e às suas consequências. Para tanto, nos centraremos nas reconfigurações do repertório de ações empreendidas pelo campo dos direitos humanos, que por mais de quarenta anos foi responsável pela continuidade simbólica das consignas de memória, verdade e justiça, através da mudança de suas práticas e discursos de acordo com os contextos políticos e sociais.

Palavras-chave: Argentina; direitos humanos; memória; justiça.

ABSTRACT

The aim of this text is to question how, without the possibility of carrying out marches and developing public initiatives, the demands for memory, truth and justice remained in the public space in Argentina in the face of the Covid-19 pandemic and its public health and social measures, mainly the social isolation. It starts from the question: what memory, what truth and what justice about the recent past regarding the military dictatorship were produced in a context of abrupt changes and in which the main urgency is the fight against the coronavirus and its consequences. We will focus on the changes in the repertoire of actions of the human rights fields, which for more than forty years was responsible for the symbolic continuity of the slopes of memory, truth and justice, through changing their practices and discourses according to political and social contexts.

Keywords: Argentina; human rights; memory; justice.

INTRODUÇÃO

Na Argentina, o mês de março marca o início do calendário de comemorações em torno do passado recente. Este calendário é formado por datas que funcionam como núcleos convocatórios (STERN, 2006): momentos de encontro entre diversos atores que atualizam o repúdio cultural e político ao chamado terrorismo de Estado, ao mesmo tempo em que reivindicam as suas vítimas e a história de luta pelo seu reconhecimento oficial. Entre tais datas estão aquelas relacionadas com o processo histórico da última ditadura civil-militar (1976-1983), como, por exemplo, o 24 de março, dia do golpe de Estado, e o 02 de abril, dia em que se iniciou a Guerra das Malvinas, em 1982; as relacionadas a episódios repressivos emblemáticos, como o 20 de julho e o 16 de setembro nas quais são rememoradas as vítimas da “*Noche del Apagón*” e da “*Noche de los lápices*”, respectivamente; ou datas vinculadas à história da luta pelos direitos humanos, como o 30 de abril quando é comemorado a formação das Mães da Praça de Maio.ⁱⁱ

Mais do que “dias de protesto”, elas concentram “denúncias, lembranças, reivindicações, novidades, silêncios, esquecimentos, discursos, música e a presença física de diversos atores sociais e políticos” (CATELA, 2001, p. 220). Através de distintas práticas e rituais, esses atores tornam públicos os seus “trabalhos de memória” relativos ao passado recente. É importante ter em vista que os

“trabalhos de memória” são a produção ativa de sentidos sobre o passado no presente; logo, a conjuntura em que o passado é rememorado tem efeitos sobre as narrativas produzidas e os usos feitos dele. Tais comemorações não se resumem, assim, a um veículo de transmissão de memórias, pois configuram também momentos em que novas formas de expressão reatualizam os discursos e práticas sobre o passado (JELIN, 2017, p. 15; 161). No caso argentino, nota-se que a evocação ao passado recente, a partir de meados dos anos 1990, deixou de se restringir à temporalidade dos anos da última ditadura, incorporando nas práticas comemorativas a noção de terrorismo de Estado, entendido como o acionar repressivo, estatal e paraestatal, que se configurou como resposta ao processo de mobilizações sociais e políticas iniciadas no final dos anos 1960.ⁱⁱⁱ

Este ano, o calendário de comemorações se viu atravessado por uma novidade: a pandemia do Covid-19. Em 20 de março, o atual presidente, Alberto Fernández, anunciou o plano de “Isolamento Social, Preventivo e Obrigatório” (ASPO). Consequentemente, as memórias do terrorismo de Estado deixaram de ser o tema central na agenda pública no mês que é tido como o “mês da memória”; e o novo coronavírus “tirou” das ruas os atores que tradicionalmente ocupavam o espaço público para atualizar o repúdio político e cultural do terrorismo de Estado e reivindicar os desaparecidos. O isolamento social trouxe consequências ainda para outras práticas vinculadas à memória do

passado recente no país como o funcionamento dos espaços de memória, voltados à preservação e transmissão de memórias sobre o terrorismo de Estado e suas vítimas; o desenvolvimento de investigações sobre os desaparecidos; e a continuidade dos julgamentos dos responsáveis das violações aos direitos humanos cometidas entre 1974 e 1983.

O objetivo deste texto é questionar como, sem a possibilidade de se realizar marchas e desenvolver iniciativas de caráter público, as demandas de memória, verdade e justiça se mantiveram vigentes no espaço público na Argentina frente à pandemia do Covid-19 e suas medidas de enfrentamento, principalmente o isolamento social. Partiremos então da pergunta: que memória, que verdade e que justiça sobre o passado recente ditatorial foram produzidas em um contexto de abrutadas transformações e em que a principal urgência é o combate ao coronavírus e às suas consequências. Para tanto, o artigo se centrará nas reconfigurações do repertório de ações empreendidas pelo campo dos direitos humanos, que por mais de quarenta anos foi responsável pela continuidade simbólica das consignas de memória, verdade e justiça, através da mudança de suas práticas e discursos de acordo com os contextos políticos e sociais.

Por campo dos direitos humanos na Argentina, fazemos referência a um campo de atuação política que se configurou a partir do acionar de diferentes atores e organizações, que definiram repertórios de ação heterogêneos, em uma periodização longa, com objetivos precisos,

estratégias de mobilização e aquisição de recursos adequados ao seu objetivo: deter o capital simbólico sobre a demanda pelos direitos humanos.^{iv} Apesar dos direitos humanos ser uma categoria tida como universal, ela não pode ser pensada sem as particularidades dos seus distintos usos. No caso argentino, com o fim da última ditadura, a sua reivindicação se afirmou publicamente a partir da capacidade de demandar a sua proteção e de impor sentidos, demandas e práticas em torno da experiência do terrorismo de Estado e do reconhecimento e reparação de suas vítimas, principalmente os desaparecidos. A legitimidade alcançada por alguns atores tornou-nos aptos ainda a reclamar sobre as violações aos direitos humanos cometidas no presente, denunciando continuidades nas práticas da violência estatal. Ao utilizar a noção de campo de direitos humanos, nossa análise não se restringe aos atores que intervêm através dos organismos de direitos humanos e, destacando a importância de outros espaços e formas de atuação, como, por exemplo, os espaços de memória, os atores estatais e os judiciais; as lógicas e estratégias distintas entre eles; e os debates, disputas de legitimidade e hierarquias em seu interior (CUETO RUA, 2018; SCOCCO, 2018).

As violações aos direitos humanos e as respostas da sociedade civil a elas não se iniciaram na década de 1970. Porém, foi a partir da última ditadura que a mobilização pelos direitos humanos produziu um campo próprio de fazer política que, ao mesmo tempo em que

reivindicou tradições organizativas, estratégias de interpelação ao Estado e categorias de denúncia já existentes, resultou em novas formas de ocupar o espaço público; de se inserir no cenário internacional através de uma militância transnacional; e de se identificar a partir dos vínculos com as vítimas. Essas novidades se relacionaram ao diálogo com a configuração da mobilização humanitária internacional nos anos 1970; e à adoção pela última ditadura de uma modalidade repressiva que produziu uma ruptura na história da violência política na Argentina: o desaparecimento forçado de pessoas (CRENZEL, 2015, p. 37-40; FRANCO, 2015)

Os organismos de direitos humanos tiveram um protagonismo na produção de um repertório de ação próprio para tornar o drama privado dos sequestros, torturas, prisões arbitrárias, exílios, assassinatos e desaparecimentos em uma questão coletiva (Da Silva CATELA, 2001; GODOY, SCOCCO, 2019). Durante a ditadura, esse repertório de ação girou em torno do acolhimento das vítimas da repressão e dos seus familiares e da produção de uma verdade que disputasse com as versões oficiais produzidas pelos militares. A denúncia pública se tornou, então, uma das principais frentes de ação, através da publicação de documentos em diversos suportes (matérias pagas em jornais, listas de desaparecidos, boletins, etc.); da interpelação de autoridades militares e eclesiásticas; e da realização de manifestações públicas. Nos últimos anos da ditadura, a demanda de verdade e a necessidade

de investigar o que ocorreu com cada vítima se conjugou com a de justiça e a importância de atribuir as correspondentes responsabilidades. Com a redemocratização, tais demandas se tornaram o principal ponto de conflito entre os organismos e outros atores que passaram a participar do campo dos direitos humanos, que se ampliou com a reabertura dos espaços públicos e a implementação de políticas públicas de gestão do passado (JELIN, 2017).

A partir de meados dos anos 1990, em um contexto em que se encontravam restritas as possibilidades de ações judiciais, houve uma redefinição da ação dos organismos de direitos humanos que paulatinamente passaram a reconhecer a importância da memória e da criação de projetos para recordar as vítimas do terrorismo de Estado e transmitir as memórias sobre os crimes cometidos como uma ferramenta a mais na “luta contra a impunidade”. Integraram-se, então, ao campo “ativistas da memória”, que, através dos seus conhecimentos técnicos, conceberam a preservação e promoção da memória sobre o terrorismo de Estado como uma questão de interesse público (GUGLIELMUCCI, 2013, p. 42-43). Durante a gestão de Nestor Kirchner, ocorreu um processo de “estatização das memórias”, fruto da sua identificação pública com algumas das demandas históricas dos organismos. Através de uma política de governo, que continuou nas duas gestões seguintes de Cristina Kirchner, multiplicaram-se os espaços de intervenção no campo dos direitos humanos com a criação de

espaços de memória; a retomada dos julgamentos; a criação de agências estatais que colaboravam com a Justiça; a formação de comissões de direitos humanos em espaços diversos; e as políticas educativas de memória e direitos humanos (CATELA, 2010; CRENZEL, 2015, p. 53-58).

Com a eleição de Mauricio Macri, o campo dos direitos humanos voltou a sofrer outro retraimento em um governo que não se identificava com suas bandeiras históricas e inclusive questionou algumas delas publicamente. Entre 2016 e 2019, o presidente se utilizou da lógica da “guerra suja” para se referir ao ocorrido nos anos 1970. Seus funcionários reproduziram discursos revisionistas; celebraram o fim dos “benefícios” do campo dos direitos humanos; se tornaram interlocutores de grupos que demandam a revisão das condenações dos militares envolvidos na repressão; e questionaram bandeiras culturalmente compartilhadas, como, por exemplo, a cifra simbólica de 30 mil desaparecidos. Em relação aos julgamentos, foram tomadas decisões que debilitaram a institucionalidade necessária para aprofundar o processo de justiça, como, por exemplo, o aumento na outorga do benefício de prisão domiciliária para repressores condenados; a decisão de adotar o critério de 2x1 para reduzir o tempo dos acusados na prisão; e o esgotamento das agências estatais que colaboravam com o andamento dos processos e garantiam um acompanhamento das testemunhas. Além disso, aumentaram as denúncias de repressão a

manifestações e protestos sociais e de prisões por motivações políticas, que convergiram em um caso emblemático: o desaparecimento de Santiago Maldonado, em 01 de agosto de 2017.^v Consequentemente, as controvérsias sobre os sentidos do passado recente se intensificaram na esfera pública argentina e voltaram a ocupar o centro do cenário político-cultural, reaparecendo questões que até então pareciam ser consensos, como o número de desaparecidos, e agravando antigas dificuldades e conflitos, sobretudo em relação à gestão dos espaços de memória e o andamento das causas judiciais relativas às violações aos direitos humanos cometidos durante a última ditadura (BALE et. al., 2017; BERTOIA, 2016; JELIN, 2017, p. 149-150; CELS, 2017).

O ano de 2020 se iniciou com grandes expectativas entre os atores do campo dos direitos humanos devido à eleição do candidato *peronista*, Alberto Fernández, e que tinha como candidata à vice Cristina Kirchner. Logo após assumir, Alberto Fernández se reuniu com representantes de onze organismos de direitos humanos, na qual ele reafirmou o seu “compromisso” com a sua luta. A última vez que os organismos haviam sido recebidos oficialmente pela presidência havia sido em 23 de fevereiro de 2016, quando entregaram um documento defendendo a necessidade de se continuar as políticas de memória e direitos humanos e que ficou sem respostas pela gestão de Macri. Logo, a reunião com Fernández foi vivida como um “retorno à Casa Rosada” e como

a reabertura de um diálogo entre o Estado e o campo dos direitos humanos (*Página/12*, 14/01/202). Essa expectativa foi parcialmente frustrada com as medidas de isolamento social adotadas pelo governo argentino no enfrentamento ao Covid-19. É necessário ter em vista que, para o campo dos direitos humanos, o isolamento social não só resultou num impedimento para a realização das suas tradicionais marchas, como também impediria outras práticas importantes para preservar a relevância simbólica de suas demandas, para a continuidade das políticas públicas de gestão da memória do terrorismo de Estado.

AFIRMAR O “NUNCA MAIS” DE CASA

Nos períodos pós-ditatoriais, as demandas sociais para que as instituições estatais atuem de certa maneira em questões ligadas ao passado se conjugam com políticas de memória, baseadas em reconhecimentos simbólicos e em iniciativas de transmissão de memórias para o futuro. As políticas de memória são, assim, o resultado da interpelação dos distintos atores do campo dos direitos humanos, que se materializa de diversas formas, dentre as quais está a instituição de feriados nacionais (RABOTNIKOF, 2008, p. 260-261; JELIN, 2017, p. 155-156). Na Argentina, em 2006, o 24 de março foi decretado feriado pelo Congresso Nacional em comemoração ao “Dia Nacional da Memória, pela Verdade e a Justiça”. A sua inclusão no calendário oficial de comemorações

foi consequência das práticas de distintos atores do campo dos direitos humanos que, com o final da ditadura, tornaram este um espaço privilegiado para tornar públicas suas reivindicações e os seus sentidos sobre o passado recente.

Durante a última ditadura, não ocorriam atos públicos de comemoração ao golpe. Frente à política de negação sobre os desaparecimentos, a partir de abril de 1977, mães de vítimas começaram a ocupar a Praça de Maio e a realizar uma ronda às quintas-feiras, cuja persistência serviu para dar visibilidade e garanti-las um reconhecimento social como Mães da Praça de Maio. Na década de 1980, as marchas convocadas pelas Mães e pelos outros organismos de direitos humanos definiram um trajeto de mobilizações em Buenos Aires, do Congresso Nacional à Praça de Maio. Essa ocupação das ruas utilizava uma modalidade tradicional de expressão política argentina, a concentração popular na Praça de Maio, com consignas e exigências novas, enquadradas num marco interpretativo que combinava demandas pró-democracia com outras relacionadas à repressão ditatorial e aos desaparecidos. Com a redemocratização, os organismos deram continuidade às práticas de ocupação do espaço público no dia 24 de março, em atos comemorativos que incluíam uma gama ampla de expressões ligadas à memória da ditadura e suas consequências. A partir de 1996, as comemorações passaram a ocupar todo o mês de março, tendo como ápice o dia 24, prática que se

mantém até hoje (CATELA, 2001, p. 224; LORENZ, 2002; SIGAL, 2006, p. 323-332; JELIN, 2017, p. 105-108; 159-161)).

O 24 de março é, portanto, um momento em que as memórias sobre o terrorismo de Estado se tornam públicas, ao mesmo tempo em que novas formas de expressão reatualizam os sentidos e prática relacionadas a tais memórias (JELIN, 2017, p. 161). Logo, o aniversário do golpe de Estado em 2020 foi um demonstrativo disso. Frente ao isolamento social obrigatório, os atores envolvidos nas práticas comemorativas ao redor da data tiveram que adaptar à impossibilidade de se realizar a tradicional marcha ou de ocupar o espaço público de outras formas. A Internet, se tornou, então o principal espaço para difundir convocatórias e realizar ações que garantissem que a data não perdesse o seu significado simbólico e político. Entretanto, não seria a primeira vez que a comemoração do 24 de março se estendia à Internet: a partir dos anos 2008, com o surgimento e difusão do uso do Facebook, tornou-se comum a substituição da foto do perfil por uma silhueta standard que esta rede social estabelece como genérica junto com a consigna “Nunca Mais”, reproduzindo a maneira como ela foi impressa na capa do relatório final da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), publicado em 1985. A partir de práticas como esta, de acordo com Agustina Triquell, o espaço virtual se tornou um espaço a mais a ser apropriado pelas lógicas da comemoração e da representação dos desaparecidos no espaço público, e como forma

de apelação direta à sociedade civil, representada pelos usuários do Facebook, para que se somem à iniciativa.^{vi} Paralelamente, filhas e filhos de desaparecidos passaram a publicar nas redes sociais imagens de seus pais e mães no 24 de março e na data do seu desaparecimento (TRIQUELL, 2013). O uso da fotografia dos desaparecidos é utilizado também pelos perfis dos espaços de memória, que geralmente publicam a foto da pessoa desaparecida no dia do seu sequestro.^{vii}

É necessário ter em vista que, desde meados da década de 1990, a preparação para o 24 de março se inicia semanas antes da data. Este ano, ela esteve marcada pela dúvida sobre a realização das tradicionais marchas. Duas semanas, o presidente sugeriu que ela não fosse realizada frente o risco do contágio pelo Covid-19. No dia 12 de março, a Associação Madres da Praça de Maio, liderada por Hebe de Bonafini, se adiantou, pedindo que a marcha do 24 de março fosse suspensa. Um dos argumentos utilizados por Hebe de Bonafini foi que “a mãe não poderia ter um filho fixo”: “*La memoria por los hijos, por lo que pasó y por el horror es toda la vida así que lo podemos hacer otro día o en otro momento porque lo que tenemos que ser ahora es honestos y cuidarnos*” (Página/12, 13/03/2020). No dia seguinte, dez organizações de direitos humanos que organizam uma das marchas de Buenos Aires decidiram por sua suspensão, afirmando que: “*No podemos ir a la plaza para evitar el contagio, pero queremos que*

se contagie la esperanza firme en el nunca más” (Clarín, 13/03/2020).

Este seria, assim o primeiro ano desde o final da última ditadura em que não se realizariam as marchas do 24 de março. Por outro lado, atores vinculados ao campo dos direitos humanos realizaram distintas ações na internet para que, como apontou o Ministério da Cultura em uma publicação no seu site, o “Nunca Más pudesse ser afirmado de casa”. Nessa publicação, há uma lista com a diversidade de ações realizadas para rememorar a data, que incluíram o livre acesso a livros como o *Nunca Más*, o relatório final da *Comisión Nacional por la Desaparición de Personas* (CONADEP) e os materiais produzidos pela *Comisión Provincial por la Memoria* para “seguir construindo memória em casa”; a publicação de uma lista online de escritores e escritoras desaparecidos durante a última ditadura, produzida pela *Unión Argentina de Escritora y Escritores*; e a disponibilização pelas Avós da Praça de Maio, o *Centro de Estudios Legales y Sociales* e o *Memoria Abierta* do arquivo desclassificado de documentos produzidos pelos serviços de Inteligência do governo dos Estados Unidos durante a última ditadura (MINISTERIO, 2020). A lista produzida pelo Ministério destacou ainda o uso das hashtags #MesDeLaMemoria e #ConstruimosMemoria, afirmando o caráter colaborativo que as redes sociais propiciavam para a produção das memórias. Uma das *hashtags* então utilizadas dialogava com os

embates entre o campo dos direitos humanos e as declarações de funcionários do governo de Mauricio Macri sobre o número de desaparecidos: #Son30Mil. Logo, o uso dessa *hashtag* se inseria num debate político: de defesa da cifra simbólica utilizada pelos organismos de direitos humanos desde os últimos anos da última ditadura para legitimar suas demandas e que havia sido questionada durante a última gestão governamental.

Outras duas iniciativas se destacaram como convocatórias virtuais de intervenção pública. A primeira foi o “*Proyectarazo*”, uma vigília lançada pelo *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, um espaço de memória que funciona no complexo de prédios onde antes havia sido o centro clandestino de detenção *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Nela foram projetadas na noite do dia 23 de março, desde janelas e varandas, algumas imagens que são parte do repertório visual sobre a memória e dos direitos humanos. Segundo uma postagem realizada na sua página do Instagram (@espaciomemoria), em 20 de março, a iniciativa era uma forma de homenagear os 30 mil desaparecidos e aluta dos organismos de direitos humanos “nas paredes das cidades”. Ao analisarmos os registros disponibilizados em uma postagem do dia 23 de março, observamos que as imagens eram formadas por consignas dos organismos de direitos humanos – como “*Memoria, verdad y justicia*”, “*30 Mil Detenidxs desaparecidxs presentes*”, “*Juicio y Castigo*”; fotografias de desaparecidos; e

símbolos da luta pelos direitos humanos, como os *pañuelos* brancos utilizados pelas Mães e pelas Avós da Praça de Maio. Estes últimos fizeram parte de outra intervenção, convocada pelos organismos para o dia 24 de março: o “*pañuelazo*”. Ela consistia no pedido de que as pessoas se filmassem ou tirassem fotos e selfies que mostrasse que haviam colocados um *pañuelo* branco em suas portas, janelas ou varandas, e difundissem as imagens nas redes sociais através do uso da *hashtag* #*pañuelosconmemoria*.

A utilização dos símbolos em ambas as iniciativas marca territórios, reforça identidades e pertencimentos. Desde a ditadura, eles foram utilizados como estratégias que impediram que os desaparecimentos fossem uma experiência de violência extrema impossível de ser representada (CRENZEL, 2010). Ao serem retomados no contexto da quarentena obrigatória, eles atualizam os vínculos com o repúdio ao terrorismo de Estado, a exigência de justiça e a legitimidade das bandeiras dos desaparecidos, assim como ressignificam algumas práticas ativistas do campo dos direitos humanos. As fotografias, as consignas, as silhuetas e os *pañuelos* funcionam, assim, como veículos de memória e como mecanismos de reconhecimento e de acesso a uma comunidade de pares que se identificam, se aproximam e trocam curtidas nas redes sociais (TRIQUELL, 2013, p. 17-19; JELIN, 2017, p. 175-179). Entretanto, é possível apontar uma distinção entre os usos feitos nas duas iniciativas do 24 de março deste ano. Enquanto o “*Proyectarazo*” se baseou na

reprodução dos símbolos no espaço público, sem intervenções nas representações disponibilizadas e utilizadas por aqueles que aderiram à sua convocatória, o “*Pañuelazo blanco*” permitiu que os participantes ressignificassem o *pañuelo* das Mães e das Avós e, consequentemente, atribuísem os seus sentidos à data.

Nas marchas e nos eventos públicos, os organismos de direitos humanos marcam a sua coesão e se diferenciam entre si através do uso de símbolos. Há uma narrativa consagrada segundo a qual os *pañuelos* começaram a ser utilizados pelas mães dos desaparecidos numa procissão ao Santuário de Luján, na Província de Buenos Aires, em 1977, como estratégia para se identificarem e se diferenciarem na multidão.

Inicialmente, eram utilizados lenços brancos, em oposição ao negro, que simbolizava o luto por falecimento de algum familiar. Ao final da ditadura, eles passaram a ser bordados com diferentes consignas, como “*Aparición en vida de los desaparecidos*” e “*Cárcel a los genocidas*” (CATELA, 2001, p. 172-173; MADRES, 2014, p. 75-79). Em 1986, as Mães da Praça de Maio se dividiram em dois grupos: a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, liderada por Hebe de Bonafini, e as *Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora*. Um dos motivos dessa divisão foram os conflitos em torno da individualização dos desaparecidos, pois o grupo liderado por Bonafini considerava importante defender a lógica da “socialização da maternidade”, segundo a qual, ao unir-se ao movimento, todas as mães haviam se

transformado em mãos dos trinta mil desaparecidos (JELIN, 2017, p. 199; SANJURJO, 2018, p. 36). Consequentemente, este grupo manteve uma postura crítica frente a estratégias de investigação e de reparação, como, por exemplo, a identificação de ossadas exumadas em cemitérios clandestinos e o recebimento de reparações econômicas pagas pelo governo. Esta disputa se estendeu aos diferentes usos que cada grupo fez do *pañuelo*: enquanto a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* não individualiza os nomes dos desaparecidos, a *Línea Fundadora* carrega em seus lenços dados sobre os desaparecidos buscados. Já as Avós da Praça de Maio geralmente usam um lenço totalmente branco, sem inscrições (CATELA, 2001, p. 173).

Os *pañuelos* se tornaram uma representação reconhecida internacionalmente. Na Argentina, eles “saíram da cabeça das mães”, como aponta Ludmila da Silva Catela, tornando-se ícones reproduzidos em diferentes espaços para demarcar o pertencimento à luta por memória, verdade e justiça (CATELA, 2001, p. 174). Eles inscrevem, por exemplo, a presença das Mães nos espaços de memória e nas praças de diferentes cidades nas quais elas realizam as suas tradicionais rondas, onde em distintos momentos foram vandalizados (JELIN, 2017, p. 166-167).^{viii} Em dezembro de 2002, na XXII *Marcha de la Resistencia*,^{ix} as Mães do grupo *Línea Fundadora* entregaram um *pañuelo* a cada integrante de *Hijos y Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio* (H.I.J.O.S)

para simbolizar a transferência da luta pela verdade para uma geração mais jovem (MADRES, 2014, p. 172-173).^x Em maio de 2017, o *pañuelazo* também foi a estratégia utilizada para convocar o repúdio massivo à decisão da justiça de outorgar o benefício de 2x1 a alguns repressores. Em 11 de maio, a circulação de uma fotografia nos meios de comunicação da Praça de Maio ocupada por *pañuelos* brancos suspensos pelos manifestantes marcou simbolicamente a força da convocatória “Señores jueces: nunca más” (PERTOT, 11/05/2017). Além disso, o seu uso como produtor de identidades se estendeu a outros movimentos sociais, como, por exemplo, a *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito* que, a partir de 2004, passou a utilizar um *pañuelo* verde (MAKAROFF, 2018).

A importância e os distintos usos do *pañuelo* como símbolo de luta explicam a sua escolha como veículo de memória do 24 de março durante a pandemia. Novamente, diferentes atores produziram diferentes sentidos e discursos para o passado recente a partir do *seu pañuelo* exposto nas redes sociais. A agência de notícias *Presentes*, por exemplo, publicou na sua conta no Instagram (@presenteslgbt) alguns *pañuelos* nos quais notamos uma associação entre as demandas relacionadas ao recente passado ditatorial com as lutas no presente pelos direitos das pessoas LGBTQIA+. Esse processo de resignificação se dá, por exemplo, através da reivindicação da consigna do “nunca más”, mas

pintado com as cores do arco-íris que, desde meados da década de 1970, se tornou um símbolo de luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+. Além disso, em alguns dos *pañuelos*, se vê o uso da cifra 30.400 para representar os desaparecidos. Em 1987, o ativista homossexual Carlos Jáuregui, em seu livro “*La homosexualidad en Argentina*”, apontou que, de acordo com uma entrevista privada que ele havia feito com o rabino Marshall Meyer, integrante da CONADEP, esta comissão havia excluído do seu informe final 400 casos de homossexuais desaparecidos devido à pressão da ala católica da *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH) (SEMPOL, 2015, p. 186). Nos anos 2000, com a retomada dos julgamentos por violações aos direitos humanos cometidos durante a última ditadura e o debate em torno ao direito ao “matrimônio igualitário”, a memória dos “400 desaparecidos homossexuais”, ou os “30.400”, passou a ser reivindicada por distintos grupos LGBTQIA+ que participam das marchas do 24 de março.

A partir da sua experiência no *Archivo Provincial de la Memoria* de Córdoba, Ludmila da Silva Catela analisou as dificuldades de enunciação pública de outros perfis de vítimas que surgiram a partir da análise dos documentos da repressão, como, por exemplo, as pessoas LGBTQIA+, as prostitutas, os ciganos e as testemunhas de Jeová, tidas pela perseguição policial como “um mal social”. As suas experiências foram silenciadas nas memórias dominantes do campo dos direitos humanos, que

tende a recuperar as vítimas do terrorismo de Estado como militantes políticos, sindicalistas e lutadores sociais. Entretanto, a autora aponta que as comunidades de prostitutas e a LGBTQIA+, mais próximas às pautas dos direitos humanos, têm buscado apropriar-se e interpretar o espaço de memória como um espaço próprio a ser conquistado. Para ela, suas ações e demandas, que podemos ampliar para a prática de reivindicação dos “400 desaparecidos” nos *pañuelos* do 24 de março, demonstram como alguns grupos buscam ser incluídos em uma história:

Las estrategias de personas de comunidades minoritarias y dominadas en relación con las memorias “legitimadas” sobre el pasado reciente muestran los mecanismos creados para aprovechar una coyuntura estatal y producir una relectura política de acontecimientos del pasado que permanecen en el presente, mediante el uso de los símbolos y las acciones ya establecidas y legitimadas en el horizonte de la esfera pública (CATELA, 2014, p. 42).

35

Tais práticas atualizam os sentidos do passado no espaço público a partir de demandas que possuem importância política e simbólica no presente, ao mesmo tempo em que mantém a vitalidade de datas como o 24 de março. Elas intervêm nos conflitos pelas memórias do passado recente, ao interrogar as memórias dominantes e a experiência do terrorismo de Estado a partir de um eixo interpretativo que parte da identidade de gênero e/ou orientação sexual de suas vítimas. Produzem, assim, uma “comunidade interpretativa” sobre este passado, que se faz presente em datas como o 24 de março

por aqueles que se identificam como parte da comunidade LGBTQIA+ e que reivindicam o reconhecimento da experiência das chamadas “dissidências sexuais” e de suas vítimas menos legitimadas, desconhecidas e ignoradas (THEUMER et al., 2020).

“QUE AS MÁSCARAS NÃO SEJAM SÍMBOLOS DO SILÊNCIO”

O desaparecimento forçado de pessoas constitui no presente um dos principais legados da última ditadura argentina. Apesar de se tratar de uma prática que já era utilizada, sobretudo pelos grupos paraestatais que atuaram na primeira metade dos anos 1970, foi a partir do golpe de Estado de 1976 que ele se tornou a principal modalidade repressiva, configurando-se através de práticas que incluíam o sequestro e a passagem por um ou mais centros clandestinos de detenção. Após um tempo indeterminado, a grande maioria das vítimas foi assassinada. Os seus corpos apareceram publicamente em enfrentamentos forjados ou foram ocultados de diversas maneiras. Também se encontram desaparecidos filhas e filhos de pessoas desaparecidas, sequestrados junto com seus pais, ou que nasceram enquanto suas mães se encontravam sequestradas. O sentido da luta dos organismos de direitos humanos se construiu em torno de uma luta pelo sentido dessas experiências de violência (JELIN, 2017, p. 102). A categoria de “desaparecido” e de “criança apropriada”, tal como elas são entendidas e

compartilhadas culturalmente na Argentina, são fruto da sua ação e do seu entendimento das práticas em torno do desaparecimento forçado de pessoas e das suas diferenças para outras experiências, como, por exemplo, o assassinato por motivos políticos.

Marcar e defender a distinção entre morrer e desaparecer é uma questão de luta para os atores do campo dos direitos humanos, principalmente os familiares de desaparecidos (SANJURJO, 2018, p. 66). Desde os anos da ditadura, eles exigiram informações sobre que tinha ocorrido com cada um dos desaparecidos, para, dessa forma, construir uma verdade sobre o seu destino final que esclarecesse se estavam vivos ou mortos e quais haviam sido as condições da sua morte; e gerassem punições para os responsáveis materiais pelos desaparecimentos. Através de distintas práticas públicas, os familiares de desaparecidos instalaram socialmente a noção de que os desaparecimentos foram “mortes inconclusas”, mantendo a memória dos desaparecidos “viva”, através de sua militância e de práticas que o retirem do anonimato dos desaparecimentos e devolvam a sua identidade (CATELA, 2001, p. 141-151; SANJURJO, 2018, p. 69).

Um elemento que configurou o campo dos direitos humanos na Argentina foi a produção de saberes sobre a repressão clandestina. Com os desaparecimentos, os militares argentinos adotaram uma prática clandestina que, apesar de ter facetas públicas, dificultava a compreensão dos crimes cometidos.

Frente a tais características, a investigação foi uma prática essencial no acionar dos organismos, principalmente das Avós da Praça de Maio. Elas começaram a se organizar no fim de 1977 quando algumas das primeiras Mães da Praça de Maio concluíram que, além de buscar seus filhos, deveriam tentar recuperar seus netos, sequestrados ou nascidos em cativeiro. Para tanto, precisavam averiguar onde eles poderiam estar, através de um trabalho detetivesco que, com o passar do tempo, reuniu apoio e recursos materiais para garantir os processos de restituição de identidade para os netos “recuperados” (JELIN, 2017, p. 203-204).

Ao longo de mais de quarenta anos, a busca das Avós passou por transformações. A partir dos anos 1990, elas se dedicaram à produção de espaços de difusão, entendendo-os não só como instrumentos de comunicação, mas como ferramentas para a construção de um consenso de que a “apropriação” de crianças durante a última ditadura foi uma violação aos direitos humanos e de que a “restituição” de suas identidades era um direito inalienável que deveria ser garantido pelo Estado (SANJURJO, 2018, p. 213-223). Estes espaços tiveram como público-alvo pessoas que tivessem dúvidas sobre suas identidades; e o seu entorno social, que poderia somar com informações sobre possíveis casos e ajuda-los na busca por sua identidade. Com o início da quarentena obrigatória, as Avós logo adaptaram o seu trabalho para este novo contexto, no qual as redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) se tornaram o seu principal

espaço de atuação. Em abril, lançaram a campanha “*Mientras nos quedamos en casa, ayudemos a que otros vuelvan a casa*”, na qual convocavam pessoas que tivessem certeza de conhecer um filho de desaparecido a romper com o manto de silêncio em torno da sua apropriação e dar-lhe a possibilidade de conhecer uma origem que lhe fora negada enviando informações e buscando orientações sobre como proceder por e-mail. Para tanto, as Avós divulgaram nas redes e nos meios de comunicação que seu trabalho não parava com a quarentena obrigatória e que qualquer informação poderia ser útil posteriormente (ABUELAS, maio de 2020, p. 5).

Como parte desta campanha, as Avós 37 convocaram artistas gráficos para compartilhar obras em sua conta nas redes sociais que trabalhassem dois conceitos da busca: apelar para que quem tivesse informação sobre possíveis filhos de desaparecidos rompesse o silêncio; e incentivar a quem tivesse dúvidas sobre sua identidade desse o primeiro passo na sua busca, através da aproximação com o organismo (ABUELAS, junho 2020, p. 5). Na conta do Instagram das Abuelas (@abuelasdifusion) é possível observar que a maior parte dos trabalhos compartilhados são desenhos, seguidos de uma legenda. Neles, as Avós geralmente são representadas através do *pañuelo* branco. Além disso, trabalham a ideia da existência de um “lar” à espera de um dos 370 netos que ainda não “recuperaram” sua identidade. Em algumas das obras públicas, a

máscara, item de segurança obrigatório para evitar novas infecções pelo Covid-19, surgem como metáfora de um silêncio que deve ser evitado apesar de tapar as bocas. Na obra da artista Poli Bernatene, publicada no dia 13 de maio imagem, por exemplo, vemos a ilustração de uma mulher idosa com o rosto tapado por uma dessas máscaras, acompanhada das frases: *“Nada nos detiene, te seguimos buscando. Que el tapabocas no sea un símbolo de silencio”*. A mesma ideia se repete na obra de Lorena Méndez, publicada em 31 de maio, qual vemos um rosto com uma máscara branca, na qual está impressa a consigna: *“No calles, la vida es más flerte”*. Além disso, o isolamento social é representado como mais uma etapa na espera por informações e para que os netos “voltem para casa”. Na obra da artista María Luque, publicada no dia 22 de maio, encontramos, por exemplo, a frase *“La búsqueda desde casa, para que vuelvan a casa”*. Na legenda publica no Instagram, Abuelas afirma que: *“La búsqueda se abriga con trabajo y una espera paciente, pero que algún día, debe concluir”*. Para facilitar a aproximação e a busca, o organismo vincula na sua conta do Instagram as imagens e o uso de hashtags como #TeEstamosEsperando, #VuelvanACasa, #RompamosElSilencio e #AnimateADarelpaso para incentivar o envio de informações a aproximação das pessoas que tem dúvidas sobre sua identidade que estão iniciando a sua busca.

“EXIGIMOS A APARIÇÃO COM VIDA DE LUIS ESPINOZA E DE FACUNDO CASTRO”

Durante a última ditadura, o desaparecimento forçado de pessoas implicou em uma ruptura com a concepção tradicional da morte na Argentina, própria da cultura ocidental, constituindo-se em uma condição fronteira entre a vida e a morte, e limitando os marcos sociais para a evocação do desaparecido. Com o desaparecimento, o progresso linear do ciclo de uma vida fica em suspenso: os familiares de desaparecidos por muitos anos esperaram a volta do ente querido, buscaram informações precisas sobre o seu paradeiro e sobre o modo e a data da morte, tornando-o uma “morte inconclusa”. Outra consequência cultural foi a inexistência dos espaços públicos para se homenagear os mortos, impedindo a prática de rituais de luto e de velório que ajudariam a elaborar a perda. Para alguns dos familiares de desaparecidos, o *duelo*, palavra utilizada na Argentina para se referir às práticas ao redor do luto, se tornou uma prática pública e política. A própria categoria de “desaparecido”, como ela é entendida social e culturalmente na Argentina, seria fruto desta ação e do seu entendimento em diálogo com outros atores do campo dos direitos humanos das diferenças desta modalidade repressiva para o assassinato político, principalmente o caráter inconcluso do desaparecimento (CATELA, 2001, p. 139-160; CRENZEL, 2008, pp. 33-36).

Ao longo da sua trajetória, os atores atuantes no campo dos direitos humanos desenvolveram um conhecimento especializado sobre como atuar e denunciar em casos de violações aos direitos humanos cometidas por agentes estatais e das forças de segurança. Apesar da maior parte da sua atividade ter se vinculado estreitamente com as demandas relativas ao passado ditatorial, durante os sucessivos governos democráticos nota-se uma série de reformulações nos reclamos ligados à causa dos direitos humanos, incluindo questões diversas que demonstravam traços de continuidade com o passado ditatorial, ou que se tornaram urgentes devido à adoção de políticas neoliberais, como o acionar violento das forças de segurança; as desigualdades étnicas, raciais e de gênero; e a violação a direitos econômicos e sociais. Consequentemente, além de manter no espaço público a denúncia dos crimes cometidos pela última ditadura, o campo dos direitos humanos assumiu a denúncia dos limites da democracia formal, sobretudo nos seus limites para garantir o “respeito à vida” (QUADRAT, 2008, p, 391).

Um dos eixos de atuação de organismos como, por exemplo, o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS), voltou-se para as continuidades das práticas das distintas forças de segurança, devido à participação de alguns dos seus quadros nos sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos cometidos durante a ditadura. No começo dos anos 1990, essa preocupação resultou em um

questionamento das formas de funcionamento da instituição policial na democracia e no surgimento de novas organizações específicas como a *Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional* (CORREPI) (PEREYRA, 2008, p. 40-41). Esta atuação de acompanhamento dos casos de violência policial demonstrou que os casos de desaparecimento forçado de pessoas por forças estatais de segurança não se encerraram com o fim da última ditadura. De acordo com María del Carmen Verdú, advogada e referente da CORREPI, de dezembro de 1983, quando assumiu Raúl Alfonsín, a agosto de 2020, 198 pessoas desapareceram na Argentina durante a democracia. O elemento comum entre esses casos é o fato de que as pessoas foram vistas pela última vez quando eram detidas ou estavam sob o poder de fato das forças de segurança. Em alguns casos, os corpos foram encontrados dias ou anos depois, demonstrando que, após ser torturadas ou assassinadas sob custódia, essas pessoas foram desaparecidas para evitar investigações (VERDÚ, 16/08/2020).^{xi} Com o avanço da pandemia do Covid-19, as redes sociais se tornaram em canais importantes de denúncia do uso abusivo de força por parte das forças de segurança responsáveis por garantir que o isolamento social seja respeitado, de novos casos de desaparecimento e da circulação de saberes para evitar que as mortes pelo Covi-19 se tornem mortes anônimas. Tais práticas nos permitem identificar quais violações aos direitos humanos têm recebido a atenção dos atores do

campo dos direitos humanos na Argentina e de que maneira eles têm utilizado a sua expertise para denunciá-las e combatê-las.

A Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) foi fundada em 1984 com o objetivo de organizar um grupo de especialistas que desenvolvessem técnicas científicas de antropologia forense para localizar e descobrir o que havia ocorrido com as pessoas desaparecidas e assinadas na última ditadura e devolver os seus corpos aos familiares. Hoje, a EAAF é uma organização de atuação transnacional, reconhecida pelo seu trabalho de busca pelos corpos de vítimas de violências massivas, sua posterior identificação e na disposição da informação produzida para ser usada pela justiça (CLACSO, 2019). Com a pandemia do Covid-19, a EAAF disponibilizou uma biblioteca digital que resume toda a informação sobre o cuidado e a gestão de pessoas falecidas pelo coronavírus, para promover o direito de um tratamento digno e respeitoso para as famílias e os mortos e compartilhar práticas seguras para agentes de saúde, forenses e funerários. Essa iniciativa se relacionou com o temor da EAAF do incremento do uso de fossas comuns para o enterro de corpos não identificados de vítimas do coronavírus. O sepultamento de pessoas não identificadas durante a última ditadura argentina foi uma das práticas que propiciou a criação da própria EAAF devido às demoras da justiça em avançar na identificação dos restos mortais encontrados em cemitérios clandestinos. Logo, a EAAF voltou a alertar contra o uso das fossas

comuns, tanto por questões técnicas, pois geralmente são utilizadas para enterrar corpos que não foram autopsiados; perpetuando dúvidas sobre as causas da sua morte, dificultando as possibilidades de que o corpo seja futuramente identificado pelos familiares; e produzindo novos desaparecidos (EQUIPO, 2020).

A iniciativa do EAAF afirmou também a defesa da importância de um enterro digno e respeitoso das vítimas do coronavírus, de modo a garantir o processo de luto dos seus familiares. Esta preocupação foi expressada também pelo CELS que, em conjunto com o *Memoria Abierta*, publicou um texto defendendo a importância de se garantir um acompanhamento individual e coletivo para as mortes causadas pelo Covid-19. De acordo com este documento, a forma com o isolamento social condiciona como se atravessa o adoecimento e a morte pelo vírus e por seu grupo afetivo requer que o Estado produza um alinhamento que sirva como guia para as autoridades públicas e pelas instâncias privadas envolvidas no circuito de atenção da doença e da morte.^{xii} Neste alinhamento, as duas instituições defendem a importância de se garantir entre os contatos tidos como essenciais as práticas de despedidas de quem estar próximo de falecer ou que se encontra morto, por produzirem provas da realidade da morte, facilitarem o processo de luto e evitarem que esta morte seja entendida como um desaparecimento. Em suas palavras:

La falta de visión del cuerpo puede dejar abierta –consciente o inconscientemente– la ilusión o la fantasía de que se haya cometido

algún error y otras situaciones que dejen planteadas las coordenadas de un duelo prolongado. La imposibilidad de la visión genera un efecto de desaparición de las personas que tiene alcances profundos. Como es de público conocimiento, hoy la situación más frecuente es que las personas ven a sus seres queridos en el momento previo a la internación y, si ocurre la muerte, reciben un féretro cerrado. Esa ausencia de mediación entre ver a un ser vivo y saber a uno muerto dentro del ataúd no debería convertirse en la norma (CELS, 24/08/2020).

De acordo com o documento, para garantir as práticas de despedida era necessário que o Estado defina a forma mais segura de garantir os ritos funerários e que, devido à situação excepcional na qual a morte se produziu, coloque à disposição assistência e acompanhamento psicológico e social e assistência espiritual e cultural-comunitária, contemplando a diversidade do perfil das pessoas atingidas. O documento do CELS e do *Memoria Abierta* vai além do processo de luto do entorno social e afetivo da vítima ao afirmara a importância de políticas públicas que ofereçam instâncias de produção de memórias coletivas, como a publicação e/ou difusão dos nomes das pessoas falecidas, com o devido consentimento dos seus familiares, em meios de comunicação; a produção de programas nos meios de comunicação e digitais que recuperam a trajetória de vida das vítimas; e as sinalizações, comemorações, homenagens ou atos de reconhecimento. Ao final do documento, afirma-se que tais iniciativas são um aprendizado da história recente que mostra que *“la memoria como práctica social actúa en favor de alojar y*

reparar las experiencias traumáticas comunes” e que “la intervención del Estado resulta hoy fundamental para garantizar al derecho al duelo, a la reparación y a la memoria de las familias y las personas fallecidas en el marco de la pandemia” (CELS 24/08/2020).

Durante a pandemia, a atenção dos atores do campo dos direitos humanos na Argentina não se centrou apenas em evitar que as mortes causadas pelo coronavírus se configurassem como novas formas de desapareição. Em 15 de maio, Luis Espinoza foi localizando pela polícia na cidade de Melcho, província de Tucumán, organizando uma corrida ilegal de cavalos, em infração às regras do isolamento social. Assassinado por um tiro disparado por um dos policiais enquanto tentava fugir, o corpo de Espinoza esteve desaparecido por uma semana, após denúncias realizadas por seus familiares. O seu caso gerou o repúdio de organismos de direitos humanos locais, de atuação nacional e internacional. A filial tucumana da *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, a regional local de H.I.J.O.S., a APDH e a *Fundación Memorias e Identidades del Tucumán* denunciaram que se tratava de um caso de desapareição forçada, vinculado com casos recentes de violência institucional, cuja responsabilidade era do Estado. Anistia Internacional pediu uma investigação exaustiva, imparcial e independente e a garantia dos direitos de sua família por verdade, justiça e reparação (*Página/12*, 26/05/2020). As organizações nucleadas no *Encuentro Memoria, Verdad y Justicia* (EMVJ),

que reúne organismos como o Serpaj, a *Asociación de Ex Detenidos-Desaparecidos* (AEDD) e o Correpí, apontou que o caso de Espinoza não poderia ser investigado pelas mesmas forças policiais locais responsáveis pelo seu desaparecimento, pois se tratava de um delito federal de desaparecimento forçada, similar aos casos de Jorge Julio López e de Santiago Maldonado (MEYER, 22/05/2020). Em junho, o seu caso chegou a Organização das Nações Unidas (ONU), cujos representantes da Oficina Regional para América do Sul se reuniu com a APDH e abriu uma investigação sobre este e outros dois casos de abuso policial durante o controle do isolamento social: os casos de Florencia Magalí Morales e Franco Maraguello, detidos arbitrariamente por policiais da província de San Luis e alojados em calabouços de delegacias provinciais, onde apareceram mortos poucas horas depois do seu ingresso (MEYER, 04/07/2020).

Em 05 de junho, Cristina Castro formalizou em Bahía Blanca uma denúncia por desaparecimento forçada de seu filho, Facundo Castro, detido, segundo testemunhas, por policiais da província de Buenos Aires por desrespeitar as regras da quarentena. O seu caso foi assumido pela justiça federal como um caso de desaparecimento força de pessoas. Apesar das provas reunidas desde o início da investigação apontarem para a responsabilidade policial, o ministro de Segurança da província, Sergio Berni, assegurou que ele seria encontrado vivo e que “não havia nenhuma evidência” de uma

possível responsabilidade policial. Em 16 de agosto, um corpo foi encontrado e posteriormente identificado pela EAAF como sendo de Facundo Castro (*Página/12*, 02/09/2020). O caso logo repercutiu entre os atores do campo dos direitos humanos. Distintos organismos de direitos humanos, como as Avós da Praça de Maio, *Madres Línea Fundadora*, Familiares, H.I.J.O.S., CELS e a APDH publicaram um documento em 11 de julho para afirmar sua solidariedade com Cristina Castro e os familiares da vítima e exigir a “aparição com vida” de Facundo Castro e a investigação dos fatos (CELS, 11/07/2020). Em 15 de setembro, os organismos nucleados no EMVJ emitiram um comunicado mais crítico exigindo que o governador da província, Axel Kicillof, destitua Sergio Berni do seu cargo. Essa exigência relacionou-se tanto à acusação da sua responsabilidade no desaparecimento e na morte de Facundo Castro e no encobrimento das responsabilidades, quanto a declarações recentes dadas em uma entrevista de que os organismos de direitos humanos “não aportavam nada” e “cobravam altos salários” (LA IZQUIERD DIARIO, 15/09/2020).

O repúdio do ocorrido com Facundo Castro ganhou força quando circularam imagens e declarações de que ele havia participado do grupo “*Jóvenes com memoria*” na localidade de Villarino e de algumas das oficinas oferecidas pela *Comisión Provincial por la Memoria* (CPM) no marco do programa “*Jóvenes y Memoria*”.^{xiii} De acordo com sua mãe, ele se

interessava pelo tema da violência institucional e havia participado da elaboração do primeiro livro sobre desaparecidos do distrito em que moravam e da pintura de um mural dedicado à Estela de Carlotto, presidenta das Avós da Praça de Maio (BERMÚDEZ, 02/09/2020). Logo, além de ser um desaparecido durante a democracia, Facundo Castro passou a ser entendido como alguém que participava do campo dos direitos humanos. Além disso, a maneira de rememorar o seu caso passou a dialogar com as estratégias utilizadas para denunciar os casos de desaparecimentos durante a ditadura: as declarações de seus familiares nos meios de comunicação, o pedido por “aparição com vida”, as marchas por “verdade e justiça” e a circulação de fotografias de familiares e amigos que comprovavam uma trajetória interrompida súbita e injustamente pela violência policial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os atores que intervêm no campo dos direitos humanos, “tomar as ruas” é uma prática importante de mobilização, através da qual podiam expressar seus objetivos e suas ideias sobre democracia, memória e justiça, além de somar pessoas à sua ação política (KAPLAN, 2003). Com o isolamento social obrigatório imposto na Argentina para o enfrentamento à pandemia do Covid-19, eles ficaram impossibilitados de realizar as tradicionais marchas no 24 de março; de realizar atividades públicas de difusão das suas atividades; de

manter a demanda da garantia dos direitos humanos e do respeito à vida; e de ocupar as audiências dos julgamentos pelos crimes cometidos no marco do terrorismo de Estado. Por outro lado, desde a última ditadura, o campo dos direitos humanos tem sido um “*laboratorio de experimentación y elaboración de iniciativas en múltiples direcciones (institucionales, políticas, judiciales, simbólicas)*” (JELIN, 2015, p. 221). Os diversos atores que intervêm nele sempre reconfiguraram o seu repertório de ação, produzindo práticas novas, ou adaptando as velhas práticas às urgências e possibilidades conjunturais. Adquiriram assim recursos (humanos, organizativos, materiais, etc.) que tem

lhes permitido enfrentar os desafios impostos pelo contexto da pandemia para dar continuidade às suas atividades e manter no espaço público a reivindicação pela garantia dos direitos humanos. Podemos observar a importância para as intervenções no campo dos direitos humanos das redes sociais, não só como um espaço de difusão das práticas e do conhecimento acumulado em torno dos direitos humanos pelos organismos e organizações, mas também como um espaço para a adaptação de práticas ao quadro de isolamento social, como as iniciativas em torno do 24 de março e para as buscas das Avós da Praça de Maio; de intervenção nos debates públicos sobre o passado recente, reivindicando o reconhecimento da cifra simbólica dos 30 mil desaparecidos; e acompanhando e alertando sobre possíveis violações aos direitos humanos que possam ser cometidas no contexto da

pandemia, como a utilização das fossas comuns para o sepultamento de vítimas, casos de violência policial e de desaparecimento forçada de pessoas. Não se trata de um uso que se iniciou agora, mas um reconhecimento da adequação do espaço virtual para a lógica da rememoração e da produção de memórias e para a apelação direta para que sociedade civil contribuía na luta pelos direitos humanos, num contexto em que o uso do espaço público se encontra restringido (TRIQUELL, 2013). As bandeiras de memória, verdade e justiça reconfiguram-se, assim, às limitações impostas pelo contexto da pandemia do Covid-19. A sua manutenção como tema de interesse público na Argentina é um demonstrativo do lugar central dos usos do passado recente, sobretudo dos sentidos produzidos sobre o terrorismo de Estado, nos debates políticos. Além disso, é uma demonstração dos diferentes usos que podem ser feitos da reivindicação pelos direitos humanos, mantendo vigente no espaço público a condenação política e moral não só ao terrorismo de Estado, mas também às violações ocorridas no contexto da pandemia.

REFERÊNCIAS

- ABUELAS de Plaza de Mayo. *Mensuario*. Año XXI, N° 190, Abril 2020.
- ABUELAS de Plaza de Mayo. *Mensuario*. Año XXI, N° 191, Maio 2020.
- ABUELAS de Plaza de Mayo. *Mensuario*. Año XXI, N° 192, Junho 2020.
- “ALBERTO Fernández a Madres y Abuelas: ‘Mi compromiso con ustedes es inquebrantable’”. *Página/12*, Buenos Aires, 14 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/241518-alberto-fernandez-a-madres-y-abuelas-mi-compromiso-con-usted>>
- ARMAS, Florencia Larralde. *Relatar con luz: usos de la fotografía del desaparecido*. La Plata: EDULP, 2016.
- BERMÚDEZ, Gabriel. “Facundo Astudillo Castro: un “loco lindo”, cariñoso y divertido, así era ‘Kufa’”. *Clarín*, 02 set. 2020. Disponível em: https://www.clarin.com/policiales/facundo-astudillo-castro-loco-lindo-carinoso-divertido-kufa-0_dkOCNrKxd.html Acesso em: 23 set. 2020. 44
- BERTOIA, Luciana. “La agenda de Memoria, Verdad y Justicia en tiempos de cambios. Tensiones, rupturas y continuidades en el discurso del gobierno macrista en torno al terrorismo de Estado”. In: *Aletheia*, vol. 7, núm, 13, out. 2016.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situación límite e memoria: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.
- _____. “Apagón en el Ingenio, escrache en el Museo. Tensiones y disputas entre memorias locales y memorias oficiales en torno a un episodio de represión de

1976". In: JELIN, Elizabeth. & PINO, Ponciano del (comps.). *Luchas locales, comunidades e identidades*. Buenos Aires: Siglo XXI Ed., 2003.

_____. "Derechos humanos y memoria. Historia y dilemas de una relación particular en Argentina". In: *Teoria e Cultura*, v. 3, n. 1/2, pp. 09-20, Juiz de Fora jan./dez. 2008.

_____. "Pasados en conflicto. De memorias dominantes, subterráneas y denegadas". In: BOHOSLAVSKY, Ernesto [et.al.]. *Problemas de historia reciente del Cono Sur*, vol. I. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010

_____. "Lo que merece ser recordad...". Conflictos y tensiones en torno a los proyectos públicos sobre los usos del pasado en los sitios de memoria". In: *Clepsidra*. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria, nº 2, out. 2014, pp. 28-47.

CELS. CENTRO de Estudios Legales y Sociales. *Derechos Humanos en la Argentina*. Informe 2017. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales, 2017.

_____. "¿dónde está facundo castro?". 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/2020/07/donde-esta-facundo-castro/> Acesso em: 23 set. 2020.

CELS; MEMORIA Abierta. "Los duelos individuales y colectivos necesitan acompañamiento". 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/2020/08/los-duelos-individuales-y-colectivos-necesitan-acompanamiento/> Acesso em: 23 set. 2020.

CLACSO. CONSEJO Latinoamericano de Ciencias Sociales. *Ciencia por la verdad: 35 años del Equipo Argentino de Antropología Forense*. Buenos Aires: CLACSO; Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2019.

CRENZEL, Emilio. *La historia política del Nunca Más: la memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____. "Memorias y representaciones de los desaparecidos en la Argentina, 1983-2008". In: CRENZEL, Emilio. *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008*. Buenos Aires: Biblos, 2010, pp. 11-23.

_____. "Hacia una historia de la memoria de la violencia política y los desaparecidos en Argentina". In: ALLIER, Eugenia M.; CRENZEL, Emilio (coords.). *Las luchas por la memoria en América Latina. Historia Reciente y memoria política*. México: Bonita Artigas Editores: UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2015.

CUETO RÚA, Santiago. "Apuntes para el pensar el campo de derechos humanos y la memoria". KAHAN, Emanuel; CUETO RÚA, Santiago; RODRÍGUEZ, Laura García (coords.). *Memoria y violencia en el siglo XX: Horizontes de un proyecto de investigación*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2018^a

D'ANTONIO, Débora Catarina; EIDELMAN, Ariel Esteban. "Usos y debates en la Argentina sobre la categoría del Estado terrorista". In:

História debate e tendências, v. 19, n.3, p. 361-383, set. /dez. 2019.

“EL Encuentro Memoria, Verdad y Justicia exige ‘la inmediata destitución de Berni’”. *La Izquierda Diario*, 15 set. 2020. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.cl/El-Encuentro-Memoria-Verdad-y-Justicia-exige-la-inmediata-destitucion-de-Berni> Acesso em: 23 set. 2020.

EQUIPO Argentino de Antropología Forense. “El EAAF recopila y comparte protocolos para el manejo de cuerpos de fallecidos por COVID-19”. Comunicado de Prensa, Buenos Aires, 06 maio 2020. Disponível em: <https://eaaf.org/comunicado-biblioteca-forense-coronavirus/>

FRANCO, Marina. “Do terrorismo de Estado à violência estatal: Problemas históricos e historiográficos no caso argentino”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

GARAÑO, Santiago. “Notas sobre el concepto de Estado terrorista”. In: *Question*, vol. 1, n° 61, 2019.

GODOY, Sebastián; SCOCCO, Marianela. “Acción colectiva frente a la violencia estatal argentina (1976-1983). Derechos humanos, estrategias repertoriales y tácticas de visibilización”. In: *Diálogos*, v. 22, n. 3, 81-108, 2019.

JELIN, Elizabeth. “Certezas, incertidumbres y búsquedas: el movimiento de derechos humanos en la transición”. In: FELD, Claudia; FRACO, Marina (dir.). *Democracia, hora cero: actores,*

políticas y debates en los inicios de la postdictadura. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015, pp. 195-223.

_____. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

KAPLAN, Temma. *Taking back the streets: women, youth, and direct democracy*. Berkeley: University of California Press, 2003.

“LA cronología del caso Facundo Castro”. *Página/12*, Buenos Aires, 02 set. 2020, El País. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/289293-la-cronologia-del-caso-facundo-castro> Acesso em: 23 set. 2020.

“LA desaparición forzada de Luis Espinoza en Tucumán: Reclamo de organismos y Amnistía Internacional”. *Página/12*, Buenos Aires, 26 mai. 2020. El País. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/268182-la-desaparicion-forzada-de-luis-espinoza-en-tucuman-reclamo> Acesso em: 26 set. 2020.

“LA marcha del 24 de marzo, en duda por el coronavirus”. *Página/12*, Buenos Aires, 13 mar. 2020. El País. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/252488-la-marcha-del-24-de-marzo-en-duda-por-el-coronavirus> Acesso em: 04 jun. 2020.

LONGONI, Ana. “Fotos y siluetas: dos estrategias contrastantes en la representación de los desaparecidos”. In: CRENZEL, Emilio. *Los desaparecidos en la Argentina: memorias, representaciones e ideas: 1983-2008*. Buenos Aires: Biblos, 2010, pp. 43-63.

LORENZ, Federico. “De quien es el 24 de marzo? Las luchas por la memoria del golpe de 1976” In: JELIN, Elizabeth. *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Madrid, Esp.: Siglo XXI Editores, 2002

_____. *Las guerras por Malvinas*. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

_____. *Combates por la memoria: huellas de la dictadura en la historia*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

“LOS pañuelos de las Madres en Plaza de Mayo vuelven a lucir blancos tras ser vandalizados”. Telam, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://www.telam.com.ar/notas/202007/489423-madres-panuelos-vandalismo.html> Acesso em: 21 set. 2020.

MADRES de Plaza de Mayo Línea Fundadora. *Las viejas: Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora cuentan una historia*. Buenos Aires: Marea, 2014.

MAKAROFF, Hagar Blau. “El origen del pañuelo verde fue hace 15 años y en Rosario”. Rosario Plus, 17 jun. 2018. Disponível em: <https://www.rosarioplus.com/enotrostemas/El-origen-del-panuelo-verde-fue-hace-15-anos-y-en-Rosario-20180616-0023.html> Acesso em: 21 set. 2020.

MEYER, Adriana. “Desaparición de Luis Armando Espinoza: tambalea el pacto de silencio policial”. *Página/12*, Buenos Aires, 26 mai. 2020. El País. Disponível em: [\[desaparicion-de-luis-armando-espinoza-tambalea-el-pacto-de-s\]\(#\) Acesso em: 26 set. 2020.](https://www.pagina12.com.ar/267294-</p></div><div data-bbox=)

MEYER, Adriana. “**Violencia institucional: El asesinato de Luis Espinoza llegó a la ONU**”. *Página/12*, Buenos Aires, 04 jul. 2020. El País. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/276394-violencia-institucional-el-asesinato-de-luis-espinoza-llego-> Acesso em: 26 set. 2020

MINISTERIO de Cultura em Argentina. *Sin marcha pero con memoria: propuestas para decir ‘Nunca Más’ desde casa*. Disponível em: <https://www.cultura.gob.ar/dia-nacional-de-la-memoria-por-la-verdad-y-la-justicia-8854/> Acesso em: 02 jun. 2020.

“PANDEMIA Coronavírus: Abuelas de Plaza de Mayo suspenden la marcha del 24 de marzo”. *Clarín*, Buenos Aires, 13 mar. 2020. Política. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/coronavirus-abuelas-plaza-mayo-suspenden-marcha-24-marzo_0lCbpuWI1.html Acesso em: 04 de jun. 2020.

PEREYRA, Sebastián. *¿La lucha es una sola?: la movilización social entre la democratización y el neoliberalismo*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008.

PERTOT, Werner. “Un rechazo que se convirtió en inmensa multitud”. *Página/12*, 11 mai. 2017. El País. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/36972-un-rechazo-que-se-convirtio-en-inmensa-multitud> Acesso em: 20 set. 2020.

QUADRAT, Samantha. “A emergência do tema dos direitos humanos na América Latina”. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RABOTNIKOF, Nora. “Memoria y política a treinta años del golpe”. In: YAKLEVICH, Pablo (comp.) [et.al.]. *Argentina, 1976*. Estudios en torno al golpe de estado. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

RAGGIO, Sandra. “Ensinar os passados que não passam”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX, vol. 2*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. *Memorias de la Noche de los Lápicos: tensiones, variaciones y conflictos en los modos de narrar el pasado reciente*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

SANJURJO, Liliana. *Sangue, identidade e verdade: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina*. São Carlos: EdUFSCAR, 2018.

SEMPOL, Diego. “Autoritarismos morais, dissidência sexual e memória: ditaduras civis-militares na Argentina e no Uruguai e organizações LGTTBIQ”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX, vol. 2*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

STERN, Steve J. *Battling for Hearts and Minds: Memory Struggles in Pinochet’s Chile, 1973-*

1988. Durham, Carolina do Norte: Duke University Press, 2006.

THEUMER, Emmanuel; TRUJILO, Noelia; QUINTERO, Marina. “El Nunca Más de los 400: políticas de articulación del duelo y la reparación en la Argentina reciente”. In: *El lugar sin límites*. Revista de estudios y políticas de género, vol. 2, núm. 3, abril 2020, pp. 48-64.

TRIQUELL, Agustina. “Otras siluetas. Conmemoraciones virtuales de la última dictadura”. *Versión Estudios de Comunicación y Política, Nueva Época*, número 32, nov. 2013, pp.09-21.

VECCHIOLI, Virginia. “Repertorios militantes y expertise jurídica en la defensa de la causa de los Derechos Humanos en la Argentina: el caso de la Liga Argentina por los Derechos del Hombre”. In: *Revista Ensemble Paris*, año 04, nº 9, 2012.

VERDÚ, María del Carmen. “Son casi 200 y el Estado es responsable”. *Revista Citrica*, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://revistacitrica.com/son-casi-200-y-es-el-estado-es-responsable.html> Acesso em: 23 set. 2020.

NOTAS

ⁱ Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (2009). É mestre pelo programa de Pós-graduação em História pela UNICAMP (2012). Atualmente é doutorando em História na mesma instituição com a pesquisa sobre a inserção dos sobreviventes dos centros clandestinos de detenção da última ditadura civil-militar argentina no movimento pelos direitos humanos.

ⁱⁱ Sobre as práticas comemorativas durante as datas relacionadas ao passado recente argentino, ver: CATELA, 2001, 2003; LORENZ, 2002, 2006, 2007; BAUER, 2012; RAGGIO, 2017; JELIN, 2017.

iii Sobre o uso da categoria “terrorismo de Estado” na Argentina, ver: D’ANTONIO, EIDELMAN, 2019; GARAÑO, 2019.

iv Em relação ao caso argentino, as violações aos direitos humanos e as respostas da sociedade civil a elas não se iniciaram nos anos 1970. A história política do país no século XX foi marcada por golpes de Estado e governos autoritários que implementaram uma sistemática perseguição a grupos políticos. A configuração da luta pelos direitos humanos no país se deu, então, a partir da interação entre as modalidades da violência institucionalizada e das modificações nas respostas sociais a elas e aos seus legados, trama na qual se inscreveu o surgimento de diversos organismos de direitos humanos e de um movimento social a partir das relações estabelecidas entre eles, com organismos internacionais e com o Estado. Entretanto, apesar de uma longa histórica que vai além da última ditadura, podemos perceber na Argentina a consolidação de uma narrativa histórica sobre a luta pelos direitos humanos atrelada às experiências da última ditadura. Ver: CATELA, 2008; QUADRAT, 2008; VECCHIOLI, 2012

v Santiago Maldonado era um artesão de 28 anos desaparecido em 01 de agosto de 2017 durante um operativo realizado pela *Gerdamería* contra um protesto pelo reconhecimento do direito à propriedade de terras da comunidade *mapuche*, na província de Chubut, sul da Argentina. Seu cadáver foi encontrado no rio Chubut, em 17 de outubro, após uma intensa mobilização da sua família e de organizações de direitos humanos para denunciar o caso.

vi O uso das silhuetas para representar os desaparecidos se difundiu a partir de 21 de setembro de 1983, nos últimos meses da ditadura, quando ocorreu um evento que se tornou conhecido como o *Siluetazo*. Organizado por um trio de artistas visuais, com aportes dos organismos de direitos humanos e militantes políticos, este consistiu na produção de silhuetas vazias de um corpo em tamanho natural sobre papéis, que em seguida foram colados em muros pela cidade de Buenos Aires, como forma de visibilizar a “presença” da “ausência” dos desaparecidos. A partir de então as silhuetas se tornaram, segundo Ana Longoni, em uma das “matrizes da representação visual dos desaparecidos (LONGONI, 2010, p. 50). A partir do uso que foi feito no Facebook, a prática se ressignificou tanto no espaço virtual, quanto nos eventos e marchas do campo dos direitos humanos, nos quais a silhueta desta rede social passou a ser utilizada para representar os desaparecidos que carecem de fotografias conhecidas (TRIQUELL, 2013, p. 20).

vii As fotografias dos desaparecidos é uma das formas mais utilizadas para recordá-los. A origem do seu uso se relacionou às práticas iniciais de seus familiares que as utilizavam com estratégia para individualizar a pessoa buscada, com a esperança de que alguém pudesse identificá-lo ou aportar algum dado. Durante a ditadura, em publicações produzidas no exílio, a fotografia passou a individualizar os casos denunciados e demonstrar que os

desaparecidos eram sujeitos que tinham uma biografia prévia ao sequestro, um nome, um rosto, uma identidade, negados pelas práticas anônimas e clandestinas que configuraram os desaparecimentos. Em paralelo, as Mães da Praça de Maio passaram a improvisar cartais com essas fotos e a leva-las presas ao pescoço ou em suas mãos nas rodas na Praça de Maio ou nas gestões ante algum funcionário estatal. A partir de 1983, essas fotos foram ampliadas, produzindo cartazes individuais, as *pancartas*, aos quais se agregavam dados como a data do sequestro e a sua profissão (LONGONI, 2010, p. 44-47). Com o final da ditadura, ampliaram-se os usos das fotografias, como, por exemplo, a sua instalação em diferentes suportes nas marchas e eventos convocados pelo campo dos direitos humanos e nas exposições dos espaços de memória e a sua publicação através da prática dos *recordatorios* nos jornais argentinos para homenagear os desaparecidos e pedir informações sobre eles nas datas dos seus sequestros (CATELA, 2001, p. 160-189; ARMAS, 2016).

viii Em 09 de julho deste ano, dia em que se comemora a declaração da Independência na Argentina, realizou-se um ato no Obelisco antequarentena no qual se concentraram distintas manifestações de repúdio ao governo de Alberto Fernández. Após este ato, os *pañuelos* pintados na Praça de Maio foram vandalizados. Alguns dias depois, uma atividade organizada pelo grêmio docente ATE-Capital recuperou a pintura original. Para os participantes desta atividade, havia uma relação direta entre o ataque à homenagem às Mães da Praça de Maio e o viés político da manifestação. Dessa forma, o questionamento a elas através de um ato de vandalismo se associou a um questionamento a um governo ao qual elas se encontram publicamente vinculadas (TELAM, 14/07/2020).

ix As *Marchas de la Resistencia* são um conjunto de manifestações públicas anuais organizadas na Argentina desde 1981 convocada no mês de dezembro pelas Mães da Praça de Maio. Com o final da ditadura, elas se tornaram um dos principais momentos de expressão de descontentamento com as políticas de direitos humanos implementadas pelos sucessivos governos eleitos. Entre 2006 e 2015, elas não foram realizadas, pois considerava-se que os governos de Néstor e de Cristina Kirchner haviam adotado uma postura positiva em relação à demanda de direitos humanos. No dia em que Mauricio Macri assumiu a presidência, em 10 de dezembro de 2015, a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* retomaram a *Marcha de la Resistencia*.

x Em meados da década de 1990, realizou-se na cidade de La Plata uma série de homenagens a pessoas assassinadas e desaparecidas durante a última ditadura, nas quais participaram alguns filhos de desaparecidos. Às homenagens seguiram-se outras reuniões informais, além de dois acampamentos na província de Córdoba, que resultaram no surgimento da rede nacional H.I.J.O.S. Seus militantes rapidamente conseguiram conquistar espaço na esfera pública, ocupando a frente das marchas pelos direitos humanos, tomando a palavra nos principais atos de homenagem aos desaparecidos, e sendo celebrados

publicamente como responsáveis por continuar a luta dos organismos de direitos humanos. Tal legitimidade social seria fruto da “herança” do prestígio e do reconhecimento que haviam acumulado os organismos de direitos humanos e que se estendia “naturalmente” à nova geração de familiares. Ver: CATELA, 2001, p. 73-74; SANJURJO, 2008, p. 195.

^{xi} Um caso excepcional entre os desaparecidos durante a democracia é o de Jorge Julio López, que desapareceu em 18 de setembro de 2006, após declarar em La Plata, no julgamento contra Miguel Etchecolatz, repressor julgado por sua atuação durante a última ditadura como diretor de investigações da Polícia da Província de Buenos Aires.

^{xii} Criado no ano 2000, o *Memoria Abierta* é uma aliança entre organismos de direitos humanos argentinos que promove a memória coletiva sobre as violações dos direitos humanos durante a última ditadura, as ações de resistência e as lutas por verdade e justiça durante o período democrático. Atualmente, ele é composto por nove organismos de direitos humanos: APDH; CELS; *Asociación Civil Buena Memoria*; *Comisión de Homenaje de las Víctimas de Vesubio y Puente 12*; *Comisión por la Memoria, Verdad y Justicia de Zona Norte*; *Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas*; *Fundación Memoria Histórica y Social Argentina*; *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora e o Servicio Paz y Justicia (SERPAJ)*.

^{xiii} Para uma discussão sobre o programa “*Jóvenes y Memoria*”, ver: RAGGIO, 2015.

Recebido em: 23/09/2020.

Aprovado em: 21/10/2020.

Publicado em: 31/01/2021.